

Coleção Fórum
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Julio Homem de Siqueira
Américo Bedê Júnior
Daury César Fabríz
Junio Graciano Homem de Siqueira
Rícarlos Almagro Vitoriano Cunha
Coordenadores

NOÇÕES GERAIS E LIMITAÇÕES FORMAIS AO PODER DE TRIBUTAR

1

Prefácio

Vasco Branco Guimarães

Apresentação

Mário Lúcio Quintão Soares

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO.

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL, TEORIA DO
DIREITO, DIREITO PROCESSUAL, DIREITO
ADMINISTRATIVO.

Público-alvo/consumidores

MESTRANDOS, DOUTORANDOS, JUÍZES,
PROCURADORES, PROMOTORES, ADVOGADOS.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001823

1

NOÇÕES GERAIS E LIMITAÇÕES FORMAIS AO PODER DE TRIBUTAR

- Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
- Julio Homem de Siqueira
- Américo Bedê Júnior
- Daury César Fabríz
- Junio Graciano Homem de Siqueira
- Rícarlos Almagro Vitoriano Cunha

Coordenadores

Prefácio

Vasco Branco Guimarães

Apresentação

Mário Lúcio Quintão Soares



FORUM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N758 Noções gerais e limitações formais ao poder de tributar/ Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho... [et al.] (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
494 p.; 14,5x21,5cm.
Coleção Fórum Princípios Constitucionais Tributários – Tomo I

ISBN: 978-65-5518-057-2

1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional. 3. Teoria do Direito. I. Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes. II. Siqueira, Julio Homem de. III. Bedê Júnior, Américo. IV. Fabríz, Daury César. V. Siqueira, Junio Graciano Homem de. VI. Cunha, Ricarlos Almagro Vitoriano. VII. Título.

CDD: 341.39

CDU: 351.72

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; SIQUEIRA, Julio Homem de; BEDÊ JÚNIOR, Américo; FABRIZ, Daury César; SIQUEIRA, Junio Graciano Homem de; CUNHA, Ricarlos Almagro Vitoriano (Coord.). *Noções gerais e limitações formais ao poder de tributar*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 494 p. (Coleção Fórum Princípios Constitucionais Tributários – Tomo I). ISBN 978-65-5518-057-2.

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho é Mestre em Direito. Professor de Direito Financeiro e de Direito Tributário na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Diretor científico da *Revista Fórum de Direito Tributário* – RFDT. Sócio sênior de serviço do escritório MJ Alves e Burle Advogados e Consultores. Ex-procurador da Fazenda Nacional de categoria especial (aposentado). Advogado e parecerista.

Julio Homem de Siqueira é Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV. Pesquisador no programa de pós-graduação em Direito da FDV no Grupo de Pesquisa “Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais”. Membro do Centro Local de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da Justiça Federal/RJ. Servidor público federal na SJRJ. Autor dos livros *Federalismo nominal brasileiro* (Kindle), *Direito tributário: ensaios* (Kindle) e *Reforma previdenciária antifraudes: pente-fino crítico às Leis 13.846 e 13.847/2019* (Ed. Alteridade – em coautoria com Victor Souza). E-mail: julio.pfhs@gmail.com. Publicações: <http://bit.ly/2XY8E8c>.

Américo Bedê Júnior é Professor do programa de pós-graduação *stricto sensu* (doutorado e mestrado) da FDV. Doutor e Mestre em Direitos Fundamentais pela FDV. Professor de Direito Processual Penal da FDV. Juiz Federal Titular da 2ª Vara Criminal em Vitória/ES. Professor coordenador do Grupo de Pesquisa “Hermenêutica jurídica e jurisdição constitucional” da FDV. E-mail: bede@jfes.jus.br.

Daury César Fabríz é Doutor e Mestre em Direito pela UFMG. Professor adjunto III da UFES. Professor doutor nível I da FDV (graduação/mestrado/doutorado). Líder do Grupo de Pesquisa “Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais” do Programa de Pós-Graduação em Direito da FDV. Advogado e sociólogo. E-mail: daury@terra.com.br.

Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha é Doutor em Direito pela PUC Minas e em Filosofia pela UFRJ. Mestre em Direito pela UGF-RJ. Especialista em Direito Processual Público pela UFF, em Argumentação Jurídica pela Universidade de Alicante (Espanha) e em Filosofia pela UCB. Ex-juiz federal. Advogado.

<p>PREFÁCIO</p>	
Vasco Branco Guimarães	13
<p>APRESENTAÇÃO</p>	
Mário Lúcio Quintão Soares	19
<p>INTRODUÇÃO</p>	
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho, Julio Homem de Siqueira, Américo Bedê Freire Júnior, Daury César Fabríz, Junio Graciano Homem de Siqueira, Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha	21
<p>PRIMEIRA PARTE NOÇÕES GERAIS SOBRE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS</p>	
<p>DISTINÇÃO ENTRE NORMAS, REGRAS E PRINCÍPIOS EM FACE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL</p>	
Vittorio Cassone	27
1 Notas introdutórias	27
2 Significado amplo e restrito dos vocábulos	29
3 Norma.....	30
4 Regra.....	32
5 Princípio.....	34
<p>OS PRINCÍPIOS SÃO REGRAS!</p>	
Eros Roberto Grau	51
<p>PRINCIPIOS CONSTITUCIONALES. CONCEPTO</p>	
Gloria Ramos-Fuentes, Patrici Masbernat	63
1 Teoría de los principios.....	63
2 Los principios constitucionales.....	71
3 Los DDF y los DDHH como normas, valores y principios	76
Conclusiones	78
Referencias.....	79
<p>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS</p>	
Ives Gandra da Silva Martins	81
<p>THE TRUE ROLE OF TAX PRINCIPLES AND THE EMERGENCE OF TAXPAYER RIGHTS</p>	
Eddy De la Guerra Zúñiga	93
1 Introduction.....	93
2 The object of the study of constitutional law in relation to public finances	94
3 The true role of tax principles.....	98
4 Taxpayer rights.....	102
5 Final considerations.....	105
References	108
<p>AVOIDING CONSTITUTIONAL LIMITATIONS. OVERRULING AND LEGISLATING BEYOND PRECEDENT; IGNORING U.S. CONSTITUTIONS</p>	
Henry Ordower	111
Introduction.....	111
I Overruling Precedent.....	116

II	Legislating beyond Precedent.....	122
III	Ignoring the Constitution.....	126
IV	Conclusion.....	131

TAXATION IN THE ABSENCE OF A CONSTITUTIONAL COURT IN THE NETHERLANDS

Gerard Meussen	133
Introduction.....	133
The Dutch Constitution.....	134
ECHR.....	135
Decisions of the Dutch Supreme Court in tax cases with regard to violation of human rights.....	136
The SNS bank shares case, violation of the right of ownership..	137
Case law concerning a violation of the right to equal treatment	138
Fictitious yield on private investments.....	139
Inheritance tax and exemption for business assets.....	140
Verhuurderheffing.....	143
A terme de grâce.....	144
Protection of individual taxpayer rights.....	145
Conclusions.....	145

I PRINCIPI COSTITUZIONALI IN MATERIA TRIBUTARIA NELL'ORDINAMENTO ITALIANO: LATITUDINE E LONGITUDINE DI UN MODELLO IN FIERI

Claudio Sacchetto, Daniela Conte	149
1 I principi costituzionali in materia tributaria nel sistema delle fonti del diritto. Gli artt. 75 ed 81 Cost.	149
2 Il principio della riserva di legge quale espressione del "consenso" all'imposizione: evoluzione storica e contenuto dell'art. 23 della Costituzione.....	154
3 Il principio di capacità contributiva: la funzione solidaristica e quella garantista dell'art. 53 Cost.....	171
4 Il diritto alla "giusta" imposta: considerazioni conclusive.....	176

A PRATICABILIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO MODERNO: FUNDAMENTO, CONCEITO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADO E FINALIDADE REDUTORA DA COMPLEXIDADE

Daniel Giotti de Paula	181
1 Introdução do tema em debate: a praticabilidade.....	181
2 Os fundamentos tradicionais da praticabilidade tributária.....	182
3 Os fundamentos modernos da praticabilidade tributária.....	188
4 O conceito constitucionalmente adequado de praticabilidade tributária e sua finalidade redutora de complexidade.....	192
5 Conclusões finais.....	195

SEGUNDA PARTE

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS DE CARIZ FORMAL

PRINCÍPIOS DA ANTERIORIDADE E DA NOVENTENA

Hugo de Brito Machado	199
1 Introdução.....	199
2 Normas, regras e princípios.....	200
3 Os princípios constitucionais tributários.....	202
4 Os princípios da anterioridade anual e nonagesimal.....	204
5 O princípio da anterioridade e a revogação de isenção.....	209
6 Exceções ao princípio da noventena.....	212
7 Conclusões.....	215
Referências.....	215

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE E DA NOVENTENA

Ricardo Lodi Ribeiro	217
1 Introdução.....	217
2 Temporariedade, anualidade e anterioridade	218
3 A trajetória da temporariedade no Brasil: da anualidade à anterioridade	221
4 A anterioridade na Constituição de 1988.....	224
5 A anterioridade nonagesimal	227
6 A noventena constitucional.....	228
 PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE E DA NOVENTENA	
Tercio Sampaio Ferraz Júnior	233
Anterioridade nonagesimal	240
 PRINCÍPIOS DA ANTERIORIDADE E DA NOVENTENA	
Fábio Martins de Andrade	249
1 Introdução.....	249
2 Arcabouço constitucional.....	250
3 Evolução jurisprudencial no âmbito do STF	254
4 Conclusão.....	263
 PRINCÍPIOS DA ANTERIORIDADE E IRRETROATIVIDADE DA LEI	
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	267
1 Introdução.....	267
2 Brevíssima amostragem geral da irretroatividade da lei no Direito brasileiro	267
3 Os princípios da anterioridade e da irretroatividade da lei no Direito Tributário brasileiro	277
4 Conclusão.....	302
Referências	304
 O PRINCÍPIO DA IRRETROACTIVIDADE	
Suzana Tavares da Silva, Marta Costa Santos	307
1 Enquadramento geral.....	307
2 Retroactividade e nascimento da obrigação tributária	309
3 Retroactividade e normas fiscais interpretativas	317
4 Retroactividade, coerência e mudança de paradigma jurisprudencial	318
Conclusão.....	321
Referências	322
 A REFORMA TRIBUTÁRIA, A NECESSIDADE DE FEDERALIZAÇÃO (EFETIVA) DO ICMS E A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: UMA PROPOSTA JURÍDICA PRAGMÁTICA	
Fabio Cunha Dower	325
Introdução.....	325
1 A federalização do ICMS como motor de uma reforma tributária e a questão das competências tributárias	326
2 O desafio prático da modificação da competência tributária do ICMS para sua federalização.....	331
3 Competência tributária: conceito, características e funcionamento	331
4 Competência tributária x repartição de receitas tributárias.....	334
5 O desafio da federalização do ICMS é de ordem econômica e não jurídica	336
6 A “Câmara de Compensação” da PEC nº 293-A/2004	337
7 A pragmática da federalização: “distraindo” a competência tributária	339
Referências	341
 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NO DIREITO CONTEMPORÂNEO	
Flávio Quinaud Pedron, Rafael Alves Nunes	343

1	Introdução.....	343
2	O que a dogmática do Direito Tributário pensa sobre os princípios jurídicos e o que o resto do Direito pensa?	346
3	Princípio da legalidade a partir de uma perspectiva geral.....	347
4	Princípio da legalidade no Direito Tributário – a ideia de legalidade estrita.....	348
5	Considerações finais.....	355
	Referências	356

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

	Margareth Vetis Zaganelli	359
1	Introdução.....	359
2	O poder de tributar.....	360
3	Os princípios constitucionais como limitações ao poder de tributar.....	361
4	O princípio da legalidade tributária	362
5	Características do princípio da legalidade tributária	362
6	Funções do princípio da legalidade tributária	363
7	Âmbito material do princípio da legalidade tributária.....	364
	Conclusão.....	367
	Referências	367

PRINCIPIO DI LEGALITÀ E BUON ANDAMENTO DELL'AZIONE AMMINISTRATIVA: LA RESPONSABILITÀ DELL'AMMINISTRAZIONE FINANZIARIA

	Adriana Salvati	369
1	L'articolo 97 della Costituzione: endiadi di doveri e responsabilità della Pubblica amministrazione	369
2	La legalità dell'azione amministrativa e il buon andamento	371
3	La trasposizione dei valori costituzionali in ambito tributario: lo Statuto dei diritti del contribuente.....	374
4	Inadempimento dei doveri e responsabilità da contatto sociale	377
5	Responsabilità da contatto e presunzioni di colpevolezza.....	379
6	Conclusioni.....	383

THE PRINCIPLE OF LEGALITY IN THE CONTEXT OF DANISH TAX LAW

	Mark Ørberg, Peter Koerver Schmidt	385
1	Tax law and the principle of legality.....	385
2	The Danish constitutional framework.....	386
3	Taxing powers and the non-delegation doctrine	387
4	Interpretation of tax provisions.....	392
5	Concluding remarks.....	399
	References	400

EL PRINCIPIO DE RESERVA DE LEY EN DERECHO FINANCIERO ESPAÑOL COMO MANIFESTACIÓN DEL PRINCIPIO CONSTITUCIONAL DE LEGALIDAD

	Luis María Romero Flor	401
I	Introducción	401
II	Las diversas funciones del principio de reserva de ley en materia tributaria	403
III	Ámbito material de aplicación.....	404
IV	El alcance de la de reserva de ley	408
	Conclusiones	414

PECUNIA NON OLET

	Raphael Maleque Felício, Julio Homem de Siqueira, Antônio Lopo Martinez	415
1	Introdução.....	415
2	O que é o princípio <i>pecunia non olet</i>	418

3	Princípio <i>pecunia non olet</i> decorrência do princípio da igualdade	426
4	Considerações finais.....	428
PRINCÍPIO DA ESPECIFICIDADE DA LEI TRIBUTÁRIA BENÉFICA		
Bernardo Motta Moreira, Maurício Pereira Faro		431
1	Considerações iniciais	431
2	O art. 150, §6º, da Constituição de 1988: o histórico e a abrangência dessa limitação constitucional ao poder de não tributar.....	431
3	A visão do STF e a flexibilização da especificidade da lei tributária benéfica.....	438
4	O princípio da especificidade da lei na legística formal	444
5	Conclusões	450
ENFRENTANDO O PARADIGMA DO PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		
Ana Paula Pasinato, Antônio de Moura Borges		453
1	Palavras iniciais.....	453
2	Noção de paradigma	454
3	Interesse público	456
4	O paradigma do princípio da indisponibilidade do crédito tributário	459
5	Palavras finais	467
	Referências	468
O PRINCÍPIO DA (NÃO) AFETAÇÃO E A DISPUTA POR RECURSOS PÚBLICOS		
Francisco Secaf Alves Silveira		471
1	Introdução.....	471
2	O debate sobre as espécies tributárias: a (não) afetação é um critério de distinção para as espécies tributárias?.....	473
3	O princípio da não afetação e as ressalvas no Texto Constitucional	477
4	O debate sobre a afetação ou não das receitas e seus reflexos no Brasil pós-1988.....	482
5	Considerações finais: os contornos atuais do princípio da não afetação e o correlato princípio da afetação.....	486
SOBRE OS AUTORES.....		489

Adriana Salvati

Professora e Pesquisadora em Direito Tributário no Departamento de Direito da Universidade da Campanha Luigi Vanvitelli. Pesquisadora com Qualificação Científica Nacional de Nível Dois no Setor IUS 12. Advogada. *E-mail*: adriana.salvati@unicampania.it.

Ana Paula Pasinatto

Bacharela em Direito pelo UNICURITIBA. Pós-Graduada pela Escola da Magistratura do Distrito Federal. Mestranda em Direito na UnB. Vice-Presidente da Subcomissão de Arbitragem da OAB/DF. Diretora Científica da Associação de Mediadores e Árbitros do Distrito Federal. Realizou estudos e pesquisas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Antônio de Moura Borges

Bacharel em Direito pela UFPE. Mestrado em Direito pela Southern Methodist University School of Law – Dallas. Doutorado em Direito pela USP. Pós-doutorado em Direito por Georgetown University Law Center – Washington DC e pela Universidad Complutense de Madrid. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da UnB.

Antônio Lopo Martínez

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP. Doutor em Administração pela FGV/SP. Doutorando em Direito. Mestre em Economia pela USP. Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP. Mestre em Administração pela University of California – Berkeley. Professor do Mestrado em Ciências Contábeis da FUCAPE. Auditor da Receita Federal do Brasil.

Bernardo Motta Moreira

Doutorando, Mestre e Bacharel em Direito pela UFMG. Conselheiro do Conselho de Contribuintes de Minas Gerais. Ex-Conselheiro do CARF. Ex-Conselheiro do CART de Belo Horizonte. Consultor concursado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Professor do Centro Universitário UNA. Professor da pós-graduação em Direito Tributário das Faculdades Milton Campos, Brasil. Advogado.

Claudio Sacchetto

Professor Emérito da Universidade de Turim. Diretor do Centro Studi di Diritto Tributario Nazionale, Europeo, Internazionale, Comparato e Telematico, da Universidade de Turim. Presidente do Comitê Científico do Massimario Tributario del Piemonte. Membro da International Fiscal Association. Membro fundador e ex-vice-presidente e membro representante pela Itália da European Association of Tax Law Professors. Sócio-fundador e membro do Conselho de Administração do Institut International des Sciences Fiscales. Ex-professor de Direito Tributário na Academia della Guardia di Finanza di Bergamo, Itália. Ex-codiretor dos periódicos Diritto e Pratica Tributaria Internazionale. Codiretor dos periódicos Rivista di Diritto Tributario Internazionale e Rassegna Tributaria. Membro do Conselho Científico dos periódicos Finances Publiques/Public Action, Revue International et Européenne de Droit Fiscal e Revista de Direito Tributário Atual. Advogado.

Daniel Giotti de Paula

Doutor em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela UERJ. Procurador da Fazenda Nacional. Presidente do Instituto de Estudos Tributários e de Finanças Públicas de Juiz de Fora e Região. Professor de Direito Tributário e Direito Financeiro. Autor do livro *A Praticabilidade no Direito Tributário: controle jurídico da complexidade* (Ed. Multifoco).

Daniela Conte

PhD, pesquisadora e titular das cadeiras de Direito Tributário e de Direito Tributário das Atividades Financeiras da Universidade de Nápoles Parthenope. Membro do colégio de PhD Research em “Il diritto dei servizi nell’ordinamento italiano ed europeo” no Departamento de Estudos Econômicos e Jurídicos da Universidade de Nápoles Parthenope. Bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas e da bolsa de pós-doutorado do departamento de Finanças Públicas da Faculdade de Direito da Universidade de Nápoles Federico II, bem como vencedora do cheque da pesquisa na Universidade de Nápoles Parthenope. Membro do Comitê Editorial da Rivista di Diritto Tributario e da Collana del Dipartimento di Studi Economici e Giuridici – Sezione Giuridica da Universidade de Nápoles Parthenope. Membro de vários grupos de pesquisa da Universidade de Nápoles Parthenope e membro da unidade de pesquisa PRIN (projeto nacional de pesquisa). Chefe do projeto nacional “Parlamenti nazionali e Unione europea nella governance multilivello”, na Universidade de Roma La Sapienza. Contabilista e auditora.

Eddy de la Guerra Zúñiga

Doutora em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutora em Jurisprudência pela Universidade Central del Ecuador. Mestre em Docência Universitária pela Escola Politécnica do Exército. Mestre em Direito pela Universidade Andina Simão Bolívar. Licenciada em Ciências Públicas e Sociais pela UCE. Professora e Pesquisadora em Direito Tributário pela UASB-E. Membro do Instituto Ecuatoriano de Derecho Tributario e do Instituto Ecuatoriano de Estudios de Derecho Administrativo y Social.

Eros Roberto Grau

Professor titular da Faculdade de Direito da USP [de 1990 a 2009]. Professor visitante da Université Paris 1 [Panthéon-Sorbonne] [2003-2004], da Université de Montpellier I [1996-1998], da Université du Havre (2009) e da Université de Cergy-Pontoise [2013]. Doutor em Direito e livre-docente pela USP. Doutor Honoris Causa da Université Cergy-Pontoise (França), da Université du Havre (França), da Universidad de la República del Uruguay, da Universidad Siglo 21 (Córdoba, Argentina).

Membro da Academia Paulista de Letras [desde setembro de 2011]. Ministro do Supremo Tribunal Federal [de junho de 2004 a julho de 2010]. Officier da Légion d'honneur e Officier da Ordre National du Mérite, condecorações outorgadas pelo Presidente da República Francesa.

Fábio Cunha Dower

Pós-graduado em Direito Tributário pelo CEU/IICS. Advogado em São Paulo.

Fábio Martins de Andrade

Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado sócio da Andrade Advogados Associados.

Flávio Quinaud Pedron

Doutor e Mestre em Direito pela UFMG. Professor adjunto do mestrado em Direito e da graduação da Faculdade Guanambi (Bahia). Professor adjunto na graduação e pós-graduação da PUC Minas. Professor adjunto do IBMEC, Brasil. Editor-chefe da Revista de Direito da Faculdade Guanambi. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional, da Associação Brasileira de Direito Processual e da Rede Brasileira de Direito e Literatura. *E-mail*: flavio@pedronadvogados.com.br.

Francisco Secaf Alves Silveira

Doutor e Mestre em Direito Econômico e Financeiro pela Faculdade de Direito da USP. Especialista em Direito Tributário pela USP. Professor. Advogado.

Gerard Meussen

Doutor em Tributação pela Radboud Universiteit Nijmegen. Mestre em Direito Tributário pela Tilburg University. Graduado em Direito pela Radboud Universiteit. Ex-professor associado na Tilburg University. Ex-inspetor de impostos. Professor em tempo integral da RU. Editor da Nederlands Tijdschrift Fiscaal Recht e do Nederlandse Documentatie Fiscaal Recht. Membro da European Association of Tax Law Professors.

Gloria Ramos-Fuentes

Advogada do Ministério de Relações Exteriores do Chile. *E-mail*: gloramos76@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8697-2649>.

Henry Ordower

Doutor e Mestre em Direito pela University of Chicago. Membro do American College of Tax Counsel, da European Association of Tax Law Professors e da International Academy of Comparative Law. Ex-codiretor do Center for International and Comparative Law e professor na Faculdade de Direito, da University of Saint Louis. Consultor em planejamento tributário para empresas do setor privado. SSRN: <http://ssrn.com/author=543396>.

Hugo de Brito Machado

Professor titular de Direito Tributário da UFC. Presidente do ICET. Desembargador Federal aposentado do TRF5. Membro da Academia Brasileira de Direito Tributário, da Associação Brasileira de Direito Financeiro, da Academia Internacional de Direito e Economia, do Instituto Ibero-americano de Direito Público e da International Fiscal Association.

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito da Universidade Mackenzie, da Universidade Paulista, do Centro Universitário FIEO, das FMU, do Centro de Integração Empresa-Escola/O Estado de São Paulo, da Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola Superior de Guerra e da Escola da Magistratura do TRF1. Professor honorário da Universidade Austral, da Universidade de San Martin de Porres e da Universidade Vasili Goldis, Romênia. Doutor Honoris Causa da Universidade Craiova, da PUCPR e da PUCRS. Professor catedrático da Universidade do Minho. Presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO/SP. Fundador e presidente honorário do CEU/IICS.

Julio Homem de Siqueira

Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV. Pesquisador no programa de pós-graduação em Direito da FDV no Grupo de Pesquisa "Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais". Membro do Centro Local de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da Justiça Federal/RJ. Servidor público federal na SJRJ. Autor dos livros *Federalismo nominal brasileiro* (Kindle), *Direito tributário: ensaios* (Kindle) e *Reforma previdenciária antifraudes: pente-fino crítico às Leis 13.846 e 13.847/2019* (Ed. Alteridade – em coautoria com Victor Souza). *E-mail*: julio.pfhs@gmail.com. Publicações: <http://bit.ly/2XY8E8c>.

Junio Graciano Homem de Siqueira

Graduado em Direito pela FDV e em Engenharia Elétrica pela UFRN. Servidor Público Federal na JFRN.

Luis María Romero Flor

Doutor em Direito pela Universidade de Castilla-La Mancha e Universidade de Bolonha. Graduado em Direito pela UCLM. Foi, na UCLM, vice-reitor de Organização Acadêmica e Comunicação, coordenador do campus do mestrado oficial de acesso à advocacia, secretário da Revista Jurídica de Castilla-La Mancha, coordenador do curso de graduação em Direito e coordenador internacional de mobilidade estudantil. Membro de várias sociedades científicas e associações profissionais (IFA, AEDF, FUNDEF, AIBAT, AEDAF e RPDFT) e de comitês científicos, conselhos assessor, editorial e arbitral de vários periódicos internacionais. Professor titular de Direito Financeiro e Tributário na Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de Toledo. Subdiretor do Centro de Estudos de pós-graduação de la UCLM. *E-mail*: luisMaria.Romero@uclm.es.

Margareth Vetis Zaganelli

Doutora em Direito pela UFMG. Mestre em Educação pela UFES. Estágios de pós-doutorado na Università degli Studi di Milano-Bicocca, na Alma Mater Studiorum Università di Bologna e na Università degli Studi Del Sannio. Professora titular

de Direito Penal e Processual Penal e de Teoria do Direito da UFES. Docente permanente do programa de pós-graduação em Gestão Pública da UFES. Coordenadora do *Bioethik* – Grupo de Estudos e Pesquisas em Bioética, do Grupo de Estudos e Pesquisas MIGRARE: Migrações, Fronteiras e Direitos Humanos e do Grupo de Estudos e Pesquisas “Direito & Ficção”, todos na UFES. *E-mail*: mvetis@terra.com.br.

Mark Ørberg

Doutorando na Copenhagen Business School.

Marta Costa Santos

Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professora assistente convidada na FDUC. Advogada. *E-mail*: martacostasantos@fd.uc.pt.

Maurício Pereira Faro

Mestre em Direito pela UGF. Ex-conselheiro titular da primeira seção do CARF. Presidente da Comissão Especial de Assuntos Tributários da OAB/RJ. Professor da pós-graduação da Universidade Cândido Mendes, PUC-Rio e da FGV/RJ. Advogado no Rio de Janeiro e em Brasília.

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Mestre em Direito. Professor de Direito Financeiro e de Direito Tributário na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Diretor científico da *Revista Fórum de Direito Tributário* – RFDT. Sócio sênior de serviço do escritório MJ Alves e Burle Advogados e Consultores. Ex-Procurador da Fazenda Nacional de categoria especial (aposentado). Advogado e parecerista.

Patrici Masbernat

Professor da Universidade Autônoma do Chile. *E-mail*: particio.masbernat@uautonoma.cl. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7137-9474>.

Peter Koerver Schmidt

Doutor e Mestre pela Copenhagen Business School. Professor associado no Departamento de Direito da CBS.

Rafael Alves Nunes

Mestre em Direito Público pela PUC Minas. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade Professor Damásio de Jesus. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Professor da graduação do Centro Universitário Newton Paiva. Professor na pós-graduação da PUC Minas e da Escola Superior da Advocacia do Estado de Minas Gerais. *E-mail*: rafael@pedronadvogados.com.br.

Raphael Maleque Felício

Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE. Coordenador e professor do MBA em Gestão e Planejamento Tributário da Universidade Vale do Rio Doce, Brasil. Advogado tributarista.

Ricardo Lodi Ribeiro

Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto de Direito Financeiro da UERJ. Diretor da Faculdade de Direito da UERJ. Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Tributário. Advogado e Parecerista.

Suzana Tavares da Silva

Doutora em Direito e professora auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. *E-mail*: stavares@fd.uc.pt.

Tércio Sampaio Ferraz Júnior

Doutor em Direito pela USP. Doutor em Filosofia pela Johannes Gutenberg Universität de Mainz. Professor Emérito pela Faculdade de Direito da USP/Ribeirão Preto, Aposentado da Faculdade de Direito da USP e Titular da PUC-SP.

Vittorio Cassone

Especialista em Direito de Empresa e graduado em Direito pela PUC-SP. Técnico em Contabilidade pelas Faculdades Integradas Campos Salles. Ex-professor de 3º grau na PUC-SP, no CREOP da Álvares Penteado/SP e nas Faculdades Campos Sales. Professor do CEU. Procurador da Fazenda Nacional, autor do Parecer PGFN 405/2003.